

# AUDIÊNCIA PÚBLICA

## Aprimoramento do projeto de decreto para atualizar a regulamentação do Código de Mineração

**Objetivo:** Receber contribuições para o aprimoramento do projeto de decreto que tem por objeto atualizar a regulamentação do Código de Mineração (Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967), em face das alterações sofridas pelo normativo desde a sua edição, não sendo contempladas pelo regulamento vigente.

**Prazo:** 6 (seis) dias corridos, contado a partir da data da publicação no Diário Oficial.

### **Forma de participação:**

- a) As contribuições por escrito poderão ser encaminhadas para o endereço eletrônico <http://www.mme.gov.br/web/guest/consultas-publicas> - Consulta Pública nº 44, sem qualquer prejuízo à formulação de novas manifestações por escrito durante a Audiência Pública, a partir da publicação desta Portaria até as 18 horas do dia 21 de março de 2018, sem qualquer prejuízo à formulação de novas manifestações por escrito durante as sessões da Audiência Pública.
- b) Sessão de audiência pública, em Brasília - DF, no dia 21 de março de 2018, quarta-feira, das 13:30 às 18:00 horas, no Auditório do Ministério de Minas e Energia, com capacidade de 229 lugares, localizado no subsolo do Edifício-sede do Ministério de Minas e Energia, Esplanada dos Ministérios, Bloco U, Brasília – DF.

Por motivos de segurança, o número de participantes na sessão pública será limitado à capacidade do local de realização do evento.

### **Proposição prévia de ato normativo:**

É reconhecido, entre aqueles que operam o direito minerário, a necessidade de atualização do regulamento do Código de Mineração. Aprovado em 1968, por meio do Decreto nº 62.934, e não tendo sofrido qualquer alteração desde então, o normativo atualmente vigente não contempla as importantes modificações sofridas pelo Código de Mineração no decurso das últimas cinco décadas.

Em virtude disso, a Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação elaborou minuta de Projeto de Decreto com vistas a atualizar a regulamentação do Código de Mineração (Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967), bem como regulamentar a Lei nº 6.567/1998, de 24 de setembro de 1978, a Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989 e parte da Lei nº 13.575, de 26.12.2017, além de revogar o Decreto nº 3.358/2000.

Tal proposta se faz imprescindível para a continuidade da revitalização do setor mineral, que se iniciou com a Lei nº 15.540, de 18 de dezembro de 2017 - CFEM, avançando com a instituição da Agência Nacional de Mineração – ANM, Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017.

Ademais, as proposições constantes do novo Decreto trazem mais transparência, eficiência e agilidade e, ainda, se coadunam com a realidade técnica do setor mineral.

A documentação completa encontra-se disponível para download.

**Documento nº 01** - PORTARIA Nº 94, DE 15 DE MARÇO DE 2018 – Realização de audiência pública.

**Documento nº 02** - Minuta de Decreto que tem por objeto atualizar a regulamentação do Código de Mineração (Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967).

**Documento nº 03** - Minuta de Exposição de Motivos da minuta de Decreto que tem por objeto atualizar a regulamentação do Código de Mineração (Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967).

**Documento nº 04** - NOTA TÉCNICA Nº 2-2018 SGM - Análise da minuta de Decreto que tem por objeto atualizar a regulamentação do Código de Mineração (Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967).

**Documento nº 05** - Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 - Código de Mineração.

**Documento nº 06** - Decreto nº 62.934, de 2 de julho de 1968 - Aprova o Regulamento do Código de Mineração.

**Documento nº 07** - Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978 - Dispõe sobre regime especial para exploração e o aproveitamento das substâncias minerais que especifica e dá outras providências.

**Documento nº 08** - Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979 - Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências.

**Documento nº 09** - Decreto Legislativo nº 5, de 9 de novembro de 1987 - Aprova o texto da Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar, concluído em Montego Bay, Jamaica, em 10 de dezembro de 1982.

**Documento nº 10** - Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989 - Altera o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, cria o regime de permissão de lavra garimpeira, extingue o regime de matrícula, e dá outras providências.

**Documento nº 11** - Decreto nº 98.812, de 9 de janeiro de 1990 - Regulamenta a Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989, e dá outras providências.

**Documento nº 12** - Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996 - Altera dispositivos do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.

**Documento nº 13** - Lei nº 9.827, de 27 de agosto de 1999 - Acrescenta parágrafo único ao art. 2º do Decreto-Lei no 227, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei no 9.314, de 14 de novembro de 1996.

**Documento nº 14** - Decreto nº 3.358, de 2 de fevereiro de 2000 - Regulamenta o disposto na Lei no 9.827, de 27 de agosto de 1999.

**Documento nº 15** - Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017 - Cria a Agência Nacional de Mineração (ANM).

**Documento nº 16** - Formulário de inscrição.

**Documento nº 17** - Formulário manifestação por escrito